

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005132-16.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto **Produção Antecipada de Provas - Provas**  
 Requerente: **Fabio Pinheiro Ferraz**  
 Requerido: **Ana Paula Japur**

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

**Fabio Pinheiro Ferraz** propôs ação de produção antecipada de prova em face de **Ana Paula Japur**. Aduziu ter contratado os serviços da requerida, para a elaboração de projeto arquitetônico, acompanhamento e administração de obra, sendo que após a construção do 1º pavimento da obra, foi verificado que a escada não poderia ser construída da maneira projetada, em razão da necessidade de colocação de viga, não prevista. Assim, sendo esta a única solução, foi necessária a alteração do projeto aprovado inicialmente. Ocorre que, finalizada a obra, o autor, já em uso do imóvel, percebeu erro na construção da referida escada, já que as pessoas "batem a cabeça na viga", quando de sua utilização. Ademais, a escada acabou por se localizar no meio do caminho, entre a sala e cozinha, atrapalhando a locomoção para os cômodos da casa. Alegou que tentada a solução amigável, com a requerida, não obteve sucesso, sendo que esta tentou se eximir da responsabilidade pelo erro. Que contratou perito para a comprovação da responsabilidade técnica da requerida, que constatou o erro grave na elaboração do projeto. Requereu a produção antecipada de prova, para a elaboração de laudo técnico judicial.

Encartados à inicial vieram os documentos de fls. 17/87.

A requerida foi citada, conforme certidão de fl. 109 e apresentou quesitos às fls. 114/115.

Laudo pericial às fls. 152/188.

Houve manifestação das partes às fls. 193/194 e 226/229. Ambas discordaram do laudo, requereram esclarecimentos e apresentaram laudos de seus assistentes técnicos (fls. 195/222 e 230/252).

Novo laudo pericial às fls. 260/287. Novamente as partes discordaram do laudo apresentado e requereram esclarecimentos e repostas objetivas aos quesitos apresentados.

Terceiro laudo pericial às fls. 310/338.

O requerente manifestou sua concordância quanto ao laudo apresentado (fls.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

342/343), diferentemente da requerida, que discordou das respostas dadas ao quesitos (fls. 345/349).

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Trata-se de produção antecipada de provas solicitada pelo autor, a fim de realizar prova pericial na escada de sua residência, cujo projeto e acompanhamento da obra foi realizado pela arquiteta requerida.

Foi realizada perícia técnica no imóvel, a fim de verificar as questões ventiladas pelas partes. Houve esclarecimentos pelo perito judicial por duas vezes, sendo que, ao contrário do que alega a ré, os quesitos foram, finalmente, respondidos de maneira clara e objetiva (fls. 310/338).

Em que pese a discordância da requerida em relação às conclusões obtidas pelo perito, não se presta esta ação para a discussão que tenta propor. O perito respondeu a contento aos quesitos formulados pelas partes, inexistindo qualquer motivo juridicamente relevante para se desprezar as assertivas contidas naquela peça processual. A requerida busca afastar as conclusões fundamentadas do laudo oficial, apenas por discordar dos resultados, o que não se pode admitir nesta ação.

Portanto, de rigor a homologação do laudo pericial, tendo em vista que atendeu ao seu desiderato, e não há nos autos qualquer impugnação capaz de atingi-lo.

Friso que, concluída a produção da prova, o processo é extinto através de uma sentença homologatória, que não faz qualquer valoração dos fatos ou projeção de consequências jurídicas, o que pode ocorrer em ação própria.

Ante o exposto, **HOMOLOGO O LAUDO PERICIAL.**

A questão das custas e despesas processuais deverá ser analisada em possível ação principal, quando da existência de vencido e vencedor, visto que essa demanda visou apenas a produção da prova.

Quanto aos honorários advocatícios, cada parte deverá arcar com a verba de seu patrono.

Nos termos do art. 383, do NCPC os autos ficarão disponíveis por um mês,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

devendo, posteriormente ser arquivado definitivamente.

O CD juntado nos autos, conforme certidão de fl. 106, deverá ser retirado pelo requerente no prazo de 30 dias.

P.I.

São Carlos, 18 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**